

# *Nacional e específico: considerações a partir da Formação da Literatura Brasileira*<sup>1</sup>

Luís Bueno  
Universidade Federal do Paraná

*Você faça um esforcinho pra abrazeirar-se. Depois se acostuma, não repara mais nisso e é brasileiro sem querer.*  
(Mário de Andrade, carta a Carlos Drummond de Andrade)

Resumo: *Este artigo analisa algumas sugestões acerca do problema do nacionalismo na Formação da Literatura Brasileira, de Antonio Candido. Levando essas sugestões em conta, procura apontar a necessidade da retomada da história literária nacional como método para a compreensão de aspectos da literatura brasileira que têm estado cada vez mais ignorados com a tendência das últimas décadas de privilegiar os estudos monográficos. Para isto, seriam necessários dois movimentos. O primeiro seria o de compreender o nacional não como sinal de excelência de um dado grupo, como fazem os nacionalistas,*

1. Uma primeira versão deste trabalho foi lida no Simpósio “Formação da Literatura Brasileira: 50 anos”, realizado em Brasília em dezembro de 2009.

*mas sim como sinal de sua especificidade. O segundo seria compreender a literatura nacional não como um conjunto de textos isolados, mas sim como um processo de constituição de uma tradição. Uma tradição específica.*

Palavras-chave: *Antonio Candido, história literária nacional, literatura brasileira*

Uma entrevista recente com Antonio Candido, feita exatamente por ocasião do aniversário de 50 anos da publicação da *Formação da Literatura Brasileira*, abriu-se com a seguinte pergunta:

À distância de 50 anos, a *Formação da Literatura Brasileira (FLB)* lhe parece padecer de algum traço nacionalista, como se costuma dizer? Se o senhor escrevesse a obra hoje, faria diferente na abordagem do nacional, ou, ao contrário, na integração do não-nacional?<sup>2</sup>

Trata-se de questão pertinente por mais de um motivo. Se o nacionalismo sempre pareceu um sentimento restritivo, e mesmo perigoso, nestes últimos 50 anos, já teve momentos de maior prestígio. Hoje, parece um bocado rançoso e calcado numa idéia, a de nacional, bombardeada por todos os lados. De fora, pelo caráter global ou transnacional (ou outros termos usados por diferentes teóricos nas duas últimas décadas<sup>3</sup>) das relações humanas num tempo de intensa comunicação e de mobilidade de populações. De dentro, pela visão de que as nações – o Brasil em particular – são fragmentadas demais e que a velha concepção de “uma identidade nacional” não pode existir sem um centralismo redutor que apague as diferenças. É natural que um livro de história literária nacional que trabalhe com um conceito articulador como o de “nacionalismo literário” possa ser repensado sob este aspecto. Além disso, a contribuição de um crítico como Roberto Schwarz, que opera em consonância com os pressupostos de Antonio Candido, mas propõe uma outra forma, muito complexa, de analisar as relações entre o “nacional” e o “não nacional” em nossa tradição literária, também estimula a repensar a questão.

2. CANDIDO. A literatura é uma transfiguração da realidade, p. 5. Ver a íntegra dessa entrevista no final desta edição.

3. Ver o breve levantamento feito por Emily Apter em *Global Translatio: The “Invention” of Comparative Literature*, p. 254-255.

A resposta de Antonio Candido foi a seguinte:

Começando pelo fim, lembre quanto ao “não-nacional”, que eu refiro sempre os autores brasileiros aos inspiradores ou afins europeus, porque a nossa é uma literatura que pertence organicamente ao quadro das literaturas ocidentais. Muitas vezes o que escrevemos parece, aos outros, diferente do que nos parece. O fato de a *FLB* estudar o nacionalismo crítico não quer dizer que se enquadre nele. [...] Terei incorrido nesse erro? Levar em conta a ocorrência nas obras de elementos característicos do país, tanto humanos quanto naturais, é necessário num trabalho de história literária, mas nem é exclusividade do nacionalismo crítico, nem basta para caracterizá-lo. O nacionalismo crítico propriamente dito tem entre os seus pressupostos a noção de que o conteúdo temático local determina o valor das obras. Isso não estava nas minhas intenções, mas é possível que tenha se infiltrado. Seja como for, continuo aceitando os pontos de vista da *FLB*, que, no entanto, é um livro de outro tempo. Portanto, desgastado. Parafraseando Carlos Drummond de Andrade num de seus mais belos poemas, sinto que sobre ele o tempo abateu a sua mão pesada. Sobretudo levando em conta que, no último meio século, constituiu-se e amadureceu, de Norte a Sul, a crítica universitária, investigadora e retificadora por natureza. Quando escrevi a *FLB*, a partir de 1945, ela estava começando.<sup>4</sup>

Como se vê, em poucas palavras Antonio Candido resolve o complicado nó proposto pela pergunta ao recusar o nacionalismo como valor sobre o qual teria assentado sua visão crítica, mas reafirmando sua importância para a compreensão da tradição literária brasileira. Ou seja, afasta-o do método, mas compreende-o como parte integrante do objeto.

O final da resposta pode parecer – para além da sempre manifestada modéstia do nosso maior crítico – um reconhecimento da superação da obra, num novo contexto de investigação literária. Mas, para verificar se Candido aponta para isso mesmo, vale a pena ver um outro momento da mesma entrevista. Perguntado sobre “o silêncio atual na tarefa de historiar a literatura brasileira”, ele dirá: “Será que ainda há interesse nesse tipo de livro? Houve modificação profunda nos estudos literários, e o tratamento histórico parece ter perdido o prestígio anterior, o que é uma pena e, sobretudo, uma perda”.<sup>5</sup>

4. CANDIDO. A literatura é uma transfiguração da realidade, p. 5.

5. CANDIDO. A literatura é uma transfiguração da realidade, p. 6.

Levando essa observação em conta, temos que admitir que, para ele, é verdade que a investigação modificou-se, mas isso não é necessariamente positivo: algo se perdeu. Ninguém ignora que a história literária é disciplina recente e tem ligação estreita com a centralidade do conceito de estado-nação, alcançada a partir do final do século XVIII. Como diz sinteticamente Otto Maria Carpeaux, “a ligação entre história e crítica veio do pré-romantismo, com o seu forte interesse pelas tradições históricas das nações modernas”.<sup>6</sup> Assim, se algo se perde com o desinteresse pelo tratamento histórico, não é demais inferir que algo também se perde com a desconsideração do “nacional”, pelo menos para quem se interessa pela literatura brasileira.

Não que a idéia de nacional tenha de estar necessariamente presente numa abordagem histórica. Na verdade, a proposta de “leitura à distância” que Franco Moretti vem construindo desde pelo menos o ano 2000 pode ser vista como uma tentativa de resgatar a importância da dimensão histórica nos estudos literários que supere o conceito de nacional. Foi mesmo com a velha expressão goetheana, “literatura mundial” que ele esboçou pela primeira vez seu método.

Mas a resposta de Antonio Candido, quando procede àquela separação entre nacionalismo no método e nacionalismo no objeto, também pode ser vista como uma sugestão dada pela *Formação da literatura brasileira* para um resgate da abordagem histórica e, mais do que isso, da história de literatura nacional – pelo menos entre nós.

Para entender como isso se dá, vale a pena retomar as linhas gerais da argumentação de Antonio Candido. E ela se prepara desde a sentença inaugural da obra, ainda no prefácio à primeira edição: “Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com outras”.<sup>7</sup> É num ponto equidistante entre as características locais e a relação com outras literaturas que o crítico estabelece seu ponto de vista. É claro que um leitor malicioso poderia dizer que esses termos não estão em equilíbrio no método, já que, um pouco adiante, a velha idéia de derivação direta aparece na velha metáfora das ramificações: “nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas...” (v. 1, p. 9)

6. CARPEAUX. *História da literatura ocidental*, p. 20.

7. CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*, v. 1, p. 9. Daqui para frente, após a citação, será indicada entre parênteses a página de onde foi tirada.

Mas mesmo esse leitor malicioso, quando procura o primeiro parágrafo, agora do segundo volume, verá a questão ser retomada, como forma de sintetizar o caminho já percorrido e preparar a abordagem que virá:

O movimento arcádico significou, no Brasil, incorporação da atividade intelectual aos padrões europeus tradicionais, ou seja, a um sistema expressivo segundo o qual se havia forjado a literatura do Ocidente. Nesse processo verificamos o intuito de praticar a literatura, ao mesmo tempo, como atividade desinteressada e como instrumento, utilizando-a ao modo de um recurso de valorização do país – quer no ato de fazer aqui o mesmo que se fazia na Europa culta, quer exprimindo a realidade local. (v. 2, p. 9).

É preciso admitir que os termos da equação se mantêm tensos. A visão não é a de que a literatura brasileira seja um desenvolvimento direto da portuguesa, mera ramificação. À tradição literária européia, desde os tempos anteriores à independência, o que se aponta é uma coexistência entre um desejo de atualização com o não nacional e um desejo de expressão do nacional.

No século XIX, a independência se combina com o romantismo, gerando o que Antonio Candido caracteriza como uma fratura no “movimento ideologicamente muito coerente da nossa formação literária” (v. 2, p. 9). Mas tratou-se de uma “fratura salutar”, já que

Assim como a Ilustração favoreceu a aplicação social da poesia, voltando-a para uma visão construtiva do país, a independência desenvolveu nela, no romance e no teatro, o intuito patriótico, ligando-se deste modo os dois períodos, por sobre a fratura expressional, na mesma disposição profunda de dotar o Brasil de uma literatura equivalente às européias que exprimisse de maneira adequada a sua realidade própria, ou, como então se dizia, uma “literatura nacional” (v.2, p. 9-10)

Assim, o que a *Formação da literatura brasileira* desenha é uma tradição que se constrói em pleno paradoxo. Afinal, como é possível construir uma visão orgânica do nacional utilizando meios expressivos nascidos em sociedades muito diferentes, com as quais, no entanto, nossa intelectualidade mantém profundas ligações? Essa parece ser a pergunta central colocada pelo livro de Antonio Candido. E é sob a égide de um monstro de duas cabeças que o romance será ali estudado. Por um lado, é “anticlássico”, “complexo e amplo”, “universal e irregular” (v.2, p. 109), ou seja,

flexível e forjado em ambiente livre de quaisquer convenções literárias rígidas. Por outro, seu fundamento é “a realidade elaborada por um processo mental que guarda intacta a sua verossimilhança externa, fecundando-a interiormente por um fermento de fantasia, que a situa além do cotidiano – em concorrência com a vida” (v. 1, p. 109).

E eis os dois lados da equação mais claramente postos: ligação com o real, com o que é externo à literatura e ao sujeito, por um lado, e fruto da fantasia, do jogo literário propriamente dito, por outro.<sup>8</sup> Disso deriva aquilo que Candido chama de “fome de espaço” (v. 2, p. 114) do romance brasileiro. O romancista do século XIX, preocupado em cultivar um gênero atual e ao mesmo tempo imbuído por aquele nacionalismo, acabou trazendo para sua obra paisagens e tipos espalhados por todo o país. Com isso, foi-se constituindo uma vocação extensiva do romance brasileiro, “consciente de sua aplicação social e responsabilidade na construção de uma cultura” (v. 2, p. 115). Seria o nosso, portanto, um romance “descritivo e de costumes” (v. 2, p. 114).

Se o raciocínio parasse aqui, seria possível admitir que a mão pesada do tempo se abateu sobre a *Formação da literatura brasileira*, encerrando-a no período de sua publicação. Afinal, só seria possível levar em conta seriamente nossa tradição literária, em contraposição a outras, se assumíssemos uma atitude benevolente. E voltaríamos ao prefácio e, lendo que “se não a amarmos, ninguém o fará por nós” (v. 1, p. 10), teríamos que entendê-lo como definição nacionalista do método – e não apenas do objeto.

Mas o raciocínio vai além e aponta não para um posicionamento crítico que valorize nossa tradição simplesmente porque é nossa, mas sim porque percebe nela uma *especificidade*. É que do confronto entre as duas cabeças, desejo de atualização e valorização do local, Antonio Candido extrai um problema – senão o problema – central de nossa tradição literária: o da distância entre o universo do intelectual que escreve o romance e o material sobre o qual ele se vê impelido a trabalhar por conta de seu projeto nacionalista:

Dentre os temas brasileiros, impostos pelo nacionalismo, tenderiam a ser mais reputados os aspectos de sabor exótico para o homem da cidade, a cujo ângulo de visão se ajustava o romancista: primitivos habitantes em

8. Não é à toa que é desse paradoxo que parte (ainda que chegue a outros lugares e passe por outros complicados caminhos) a leitura de Roberto Schwarz sobre Alencar e Machado.

estado de isolamento ou na fase dos contactos com o branco; habitantes rústicos, mais ou menos isolados da influência européia direta (v. 2, p. 115).

Aqui se chega a um ponto ótimo, por assim dizer, em que o monstro de duas cabeças – o romance – parece-se muito com um outro monstro de duas (ou mais) cabeças: uma sociedade radicalmente cindida, que cava fossos profundos entre grupos sociais diferentes. Somente assim é possível ver aspectos seus, nacionais, como exóticos. O exótico, como se sabe, é privilégio do outro; mas, entre nós, o outro somos nós mesmos. Nessa proximidade do que devia ser distante, como outro, mas que está perto, porque somos nós mesmos, o problema fica mais definido.

No caso do regionalismo, porém, a língua e os costumes descritos eram próximos dos da cidade, apresentando difícil problema de estilização; de respeito a uma realidade que não se podia fantasiar tão livremente quanto à do índio e que, não tendo nenhum Chateaubriand para modelo, dependia do esforço criador dos escritores daqui. A obtenção da verossimilhança era, neste caso, mais difícil, pois o original estava ao alcance do leitor. Daí a ambigüidade que desde o início marcou o nosso regionalismo; e que, levando o escritor a oscilar entre a fantasia e a fidelidade ao observado, acabou paradoxalmente por tornar artificial o gênero baseado na realidade mais geral e de certo modo mais própria do país (v. 2, p. 116).

Como se vê, é numa espécie de *desnível* que se funda a especificidade da tradição do romance brasileiro. Desnível formal, desnível social e mesmo desnível linguístico por demais visíveis, gerando um romance tão mais artificial quanto mais próximo da realidade se coloca.

Chegando a este ponto, é preciso pensar sobre as consequências de uma outra opção de Antonio Candido, a de encerrar seu livro antes de tratar da obra de Machado de Assis. Para compreender o que se quer enfatizar aqui, é interessante contrapor a figura de Alencar na *Formação da literatura brasileira* e no texto de Roberto Schwarz, “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, o que nos ajuda a ver a especificidade de uma abordagem histórica. É verdade que em ambos os textos Machado é uma espécie de ponto de fuga, e suas ligações com a experiência de Alencar são lembradas. Mas, ao focalizar Machado, a abordagem de Roberto Schwarz tende a centrar sua atenção num *produto* acabado, ao passo que Antonio Candido, por decidir não tratar dele, centra

sua atenção num *processo*. Disso resulta que o desequilíbrio em Alencar tende a ser identificado como falta de acabamento por Schwarz, enquanto para Candido é sugestão de acabamento pressentida por Machado. Não é coincidência que, nas últimas linhas de seu texto, Schwarz dirá, a respeito da estrutura de *Senhora*: “onde Antonio Candido aponta uma superioridade, que existe, há também fraqueza”.<sup>9</sup>

Ora, a perda a que Antonio Candido se refere quando comenta a pequena produção recente na área de história literária, talvez se revele neste aspecto. A abordagem histórica pressupõe uma atenção sobre o *processo*. Veja-se o que ele diz sobre Machado:

é o escritor mais brasileiro que jamais houve, e certamente o maior. A sua aparente singularidade se esclarece, para o historiador da literatura, na medida em que se desvendam suas filiações e, para o crítico, quando as liga ao talento peculiar com que fecundou a fórmula do romance romântico, acrescentando à apresentação realista das relações sociais urbanas uma profundidade analítica, inacessível à bonomia de Manuel Antônio, mas pressentida pelo Alencar de *Senhora* e *Lucíola*, no qual se entronca diretamente (v. 2, p. 119).

O que emerge aqui é a consideração da validade da abordagem histórica que, no caso da literatura brasileira, remete diretamente à consideração do nacional e do *processo*. A valorização de experiências em princípio desequilibradas a que essa abordagem tenderia não decorre de uma infiltração de um nacionalismo no método, mas do reconhecimento de que, no processo de construção de uma tradição como a nossa, o desequilíbrio tem papel fundamental. Nessa perspectiva, o autor que nos interessa como exemplo, Alencar, desponta como um escritor absolutamente consciente de seus objetivos que, tendo de lidar com a especificidade daqueles desníveis mencionados, fez do desequilíbrio ferramenta de sua consciência. E, se é verdade que os desníveis são tanto de forma literária como de estrutura social, não é difícil enxergar em Alencar uma aguda figuração do que somos onde talvez menos se espere, e subitamente se revele, sob o artifício, a especificidade.

9. SCHWARZ. A importação do romance e suas contradições em Alencar, p. 54.



Quando se fala em artifício, é difícil encontrar concorrente para *O guarani*. Ali tudo é artifício que concorre para a construção de uma imagem ideal de nossas origens. Em duas palavras: o nacionalismo gerando algo artificial. Assim, pode-se considerar artificial aquela comunidade que se organiza no meio do mato como resistência ao domínio espanhol, a nobreza cavalheiresca compartilhada por D. Antônio de Mariz e Peri, a solução mítica final.

Mas prestemos atenção a uma cena. Vendo-se cercado pelos Aimorés e desejando salvar Cecília, D. Antônio só vê uma saída: entregar a filha a Peri. Isso não é problema para ele, uma vez que reconhece no índio uma variante da nobreza que vê em si mesmo. Mas ao mesmo tempo é problema, porque queira ele ou não, o índio é um inferior. O que poderia torná-lo pelo menos um pouco menos inferior seria sua conversão ao cristianismo, dado o caráter aberto da expressão “povo escolhido” em contexto cristão. Mas há uma dificuldade: Peri sempre se recusou à conversão, mesmo quando ela era exigida pela esposa de D. Antônio e isso chegava a ameaçar sua permanência entre os brancos. Sabendo disso tudo, e da disposição de Peri em salvar Cecília, vem a sugestão, enunciada como remota possibilidade depois de se esgotarem todas as outras possibilidades – *in extremis*, portanto:

– Se tu fosses cristão, Peri!...

O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.

– Por quê... perguntou ele.

– Por que... disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília, e estou convencido de que a levaria para o Rio de Janeiro à minha irmã.

O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo d'alma.

– Peri quer ser cristão! exclamou ele.<sup>10</sup>

O fidalgo sabe que o índio quer salvar Cecília e coloca como real essa possibilidade. É claro que haverá um preço: a conversão. E o índio a aceita. Se as coisas ficassem assim, a solução seria muito convencional, e o artifício se manteria. No entanto, é preciso atentar para o fato de que D. Antônio sabe que a conversão não é genuína: ao contrário, é bem de araque! E Peri sabe disso também, além de saber que D. Antônio sabe. Enfim, todo mundo sabe que a coisa é de araque, um

10. ALENCAR. *Obras completas*, v. 2, p. 364.

arranjo que foge radicalmente do funcionamento normativo daquela sociedade. Dessa maneira, a hierarquia prevista se mantém, embora na prática seja implodida.

Nessa perspectiva, esta passagem é uma encenação do desnível, encarnação da mistura entre distanciamento e aproximação que sustenta a sensação de exotismo da terra natal. Isso para não mencionar o quanto ela figura do tipo de agenciamento social – este também desnivelado – que se consagrou entre nós, e é expresso, de um lado, na distância insuperável que divide ricos que vivem em condomínios fechados dos pobres, em geral vistos como marginais, cuja entrada é vedada ali e, de outro, na proximidade fraterna entre diferentes num estádio de futebol.

Ao assumir o desnivelamento, Alencar não se ajusta ao gênero, fraturando-o. O resultado pode até ser disparatado, mas é disparatado de uma maneira específica. É o esforço de ser brasileiro – o nacionalismo – que se associa ao cultivo do novo gênero e propõe os termos de uma equação complicada que talvez não tenha sido capaz de resolver. Um esforço que se repetiu, com impasses variados, durante toda nossa história literária – independentemente dos momentos de síntese formal, que é o que representa a obra de Machado ou, mais adiante, a de Guimarães Rosa.

Mas estamos ainda muito longe de compreender esse *processo*. A direção atual dos estudos literários, apontada por Antonio Candido, tem privilegiado os momentos de síntese. Em muitos casos, tende mesmo a isolá-los. Sintoma disso é o enorme volume de textos críticos que, nas últimas décadas, tomam Machado e Rosa como objeto. É verdade que, desta forma, evita-se a armadilha do nacionalismo.

Mas essa não é a única forma de evitá-la. Uma outra bem pode ser assumir o nacionalismo como elemento constituinte do objeto – a literatura brasileira –, sem assumi-lo como parte do método. Uma consequência desse tipo de operação é a de tornar natural privilegiar o *processo* e, assim, atentar para o nexo entre autores que, se foram incapazes de produzir alguma forma de síntese formal, enfrentaram os desníveis que caracterizam nossa tradição literária (e nossa formação social) e apontaram para elementos que, de outra maneira, não seriam percebidos. Com isso, o leque de interesses se expandiria e as relações entre Guimarães Rosa e o romance de 30 – para mencionar apenas uma continuidade possível – poderiam ultrapassar o sossego aparente que a idéia de “síntese formal” nos dá. Em outras palavras, nesse enquadramento, aquele caráter extensivo – e variado – do romance brasileiro apontado por Antonio Candido pode ser articulado nos termos de uma continuidade talvez tortuosa, mas possível.

Outra consequência pode ser uma superação do velho binômio centro-periferia, A já mencionada “leitura à distância” proposta por Moretti pode ser entendida como uma solução apenas aparente nesse sentido. É verdade que, por um lado, inverte a relação quando afirma que a expansão global do romance fez com que o centro constituísse exceção – e não regra. Mas também é verdade que o ponto de vista do crítico não arreda o pé um milímetro das literaturas centrais, já que a proposta de não ler acaba atingindo apenas a literatura periférica.<sup>11</sup>

Se olharmos para o caso brasileiro de importação como algo atravessado pelo “nacionalismo literário”, talvez possamos nos libertar daquela eterna sensação de rebaixamento que nos assalta quando nos confrontamos com as literaturas centrais. E não porque, movidos por alguma forma de nacionalismo, passemos a atribuir valor ao nosso romance apenas porque é nosso. Mas sim porque o desajuste não é necessariamente um rebaixamento, pode ser apenas um rearranjo que gera uma *especificidade*.

Deste lugar periférico e específico talvez seja possível olhar para o centro e ver que lá também há especificidades que geram variedade. Se tirarmos nosso olhar de Guimarães Rosa para fixá-lo um pouco em José Lins do Rego ou Lúcia Miguel Pereira, talvez possamos desviá-lo de Balzac também.

Hoje, depois daquele esforcinho para ser brasileiro, que Antonio Candido sublinha em seu livro clássico como característica do período formativo de nossa literatura, já podemos nos dar ao luxo de ser brasileiros sem querer. Com isso é bem possível que sejamos capazes de, como o jovem Drummond, deixar para trás a pior forma de provincianismo, que é justamente o desejo de apagar a província.

11. Para uma discussão mais detalhada deste argumento, ver: BUENO, Luís. Literatura mundial e tradição interna.

National and Specific: Considerations After *Formação da literatura brasileira*

*Abstract: This article examines some suggestions about nationalism presented in Formação da Literatura Brasileira, by Antonio Candido. Taking these suggestions into account, it points out the importance of the historical method if one wants to understand many aspects that have been increasingly ignored by the tendency to monographical approaches, dominant in Brazilian critic for the last few decades. To throw light on those aspects, two attitudes would be necessary. Firstly, to comprehend "national" not as a sign of a given human group excecency (like nationalists do), but as a sign of the specific way this human group is constituted. Secondly, to understand national literature not as a set of insulated texts, but as a long process capable of creating a tradition. A specific tradition.*

*Keywords: Antonio Candido, national literary history, Brazilian literature*

*Referências*

- ALENCAR, José de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958, v. 2, p. 364.
- APTER, Emily. Global Translatio: The "Invention" of Comparative Literature, Istanbul, 1933. *Critical Inquiry*, v. 29, n.1, Winter 2003.
- BUENO, Luís. Literatura mundial e tradição interna. *Cerrados – Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*, Brasília, n. 28, p. 114-132, 2009.
- CANDIDO, Antonio. A literatura é uma transfiguração da realidade. Entrevista a Luís Augusto Fischer, Homero Vizeu Araújo, Marcelo Frizon e Ian Alexander. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 out. 2009. Caderno Cultura.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959, v. 1.
- SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo, Duas Cidades, 1981.